
Oslo VII S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Oslo VII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oslo VII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oslo VII S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Oslo VII S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Oslo VII S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 27 de março de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

OSLO VII S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	55	20	Fornecedores	5	51	62
Outros ativos	4	<u>28</u>	<u>40</u>	Impostos a recolher		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>83</u>	<u>60</u>	Total do passivo circulante		<u>51</u>	<u>62</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	6	200	145
				Prejuízos acumulados		<u>(168)</u>	<u>(147)</u>
				Total do patrimônio líquido		32	(2)
TOTAL DO ATIVO		<u>83</u>	<u>60</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>83</u>	<u>60</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL,
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	7	(20)	(50)
Outras (despesas) receitas		-	-
		(20)	(50)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(20)	(50)
Receitas financeiras		1	1
Despesas financeiras		(1)	(1)
RESULTADO FINANCEIRO	8	-	-
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(20)	(50)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(20)	(50)
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		(1,000)	(3,448)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL,
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(20)	(50)
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(20)</u>	<u>(50)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL,
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total de Patrimônio Líquido</u>	<u>Adiantamento para aumento de capital</u>	<u>Total de Patrimônio Líquido e AFAC</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		95	(96)	(1)	50	49
Prejuízo do exercício		-	(51)	(51)	-	(51)
Aumento de capital		50	-	50	(50)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>145</u>	<u>(147)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Prejuízo do exercício		-	(20)	(20)	-	(20)
Aumento de capital	6	55	-	55	-	55
Outras movimentações em prejuízos acumulados		-	(1)	(1)	-	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>200</u>	<u>(168)</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>32</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL,
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes dos tributos	(20)	(50)
Ajustes para reconciliar prejuízo do exercício:	-	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros ativos	12	11
Fornecedores	(11)	2
Imposto e contribuição a pagar	(1)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais continuadas	<u>(20)</u>	<u>(39)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aporte de capital e AFACs recebidos	<u>55</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	55	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>35</u></u>	<u><u>(39)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20	59
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	55	20
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>35</u></u>	<u><u>(39)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO VII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA,
EM FASE PRÉ-OPERACIONAL, PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oslo VII S.A. (“Companhia”), constituída em 25 de novembro de 2019, tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde serão realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui 1 (uma) filial, onde funcionará seu núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural.

A Companhia é uma sociedade anônima fechada com prazo indeterminado, tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Controladora”).

A Companhia foi constituída, juntamente com outras nove companhias, para viabilizar o projeto oriundo do leilão de Energia Nova do tipo A-6 de 18 de outubro de 2019, onde a Controladora sagrou-se vencedora com os projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira, com potência instalada de 420MW e 75,6MW, respectivamente. Os projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

2.7. Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.8. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia se enquadra no regime do lucro presumido, portanto, conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.11. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contas bancárias em moeda funcional	1	2
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>54</u>	<u>18</u>
	<u>55</u>	<u>20</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxa média de 99% do CDI (97% em 31 de dezembro de 2021). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

4. OUTROS ATIVOS

O grupo de outros ativos pode ser assim representado:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas antecipadas com seguros	28	40
	<u>28</u>	<u>40</u>

5. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	<u>51</u>	<u>62</u>
	<u>51</u>	<u>62</u>

(i) Saldo a pagar composto por compartilhamento de custos administrativos.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 200 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 200.000 ações ordinárias nominativas (145.000 ações em 31 de dezembro de 2021), sem valor nominal, detidas em sua totalidade pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

No decorrer do exercício, a Companhia recebeu o total de R\$55 em forma de aporte de capital da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A., com a emissão de 55.000 ações ordinárias.

7. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Serviços de terceiros	(5)	(25)
Impostos e taxas	(3)	(12)
Seguros	(12)	(12)
Outros	-	(1)
	<u>(20)</u>	<u>(50)</u>

8. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras:		
Tarifas bancárias	(1)	-
	<u>-</u>	<u>1</u>

9. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação no exercício de 2022.